

COLFAC ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL EM SÃO FRANCISCO DO SUL – SC		ATA DA REUNIÃO	Número: 036
Data: 14/12/2022	Horário: 09h	Local: ACISFS– Associação Comercial e Empresarial de SFS - Praça da Bandeira, nº 58 – Centro Histórico	

Temas Abordados	Assuntos, Encaminhamentos e Resultados
1. ABERTURA COLFAC	<p>O Delegado Adjunto da Alfândega da RFB no Porto de São Francisco do Sul (SC), Sr. Roberto Hammerschmidt Estrugala, inicia a 36ª Reunião do COLFAC, convidando os representantes dos demais órgãos componentes da Colfac:</p> <ul style="list-style-type: none"> – ANVISA, representada pelo Sr. Flávio Almeida; – SDA (MAPA) representado pelo Sr. Horst Terhaag; <p>Sr. Roberto Estrugala agradece a presença de todos na reunião. Passa a palavra para o Sr. Flávio, da Anvisa.</p>
2. ANVISA	<p>Sr. Flávio Almeida, cumprimenta a todos e diz que vai passar um breve panorama dos últimos 20 dias. Observa um aumento exponencial de casos de Covid-19 em Santa Catarina. Comenta que estão recebendo diariamente notificações dos terminais, de trabalhadores, que estão sendo afastados por conta da variante da Covid-19. Diz para não perder o foco e continuar mantendo as medidas de prevenção e comunicar todo e qualquer afastamento. Continua informando que a Anvisa publicou a RDC nº 759, que flexibilizou as medidas sanitárias a bordo de embarcações, sendo que os tripulantes agora podem desembarcar e sair dos terminais, não sendo mais obrigatório a apresentação do Teste PCR Negativo para fins de embarque e desembarque. A Anvisa monitora o cenário epidemiológico atual e recentemente publicou norma obrigando o uso de máscaras nos aeroportos. Comenta que a Anvisa tem um grupo técnico composto por especialistas que o cenário epidemiológico nacional e internacional, e a partir das notificações no sistema, impõe novas medidas. Comenta que a preocupação no momento são os navios de cruzeiro.</p> <p>Sr. Juliano pergunta ao Sr. Flávio sobre o protocolo de dias de afastamento em casos positivos de Covid-19.</p> <p>Sr. Flávio Almeida responde que a partir dos sintomas a pessoa tem 5 dias para repetir o teste e, se der negativo, já pode voltar às atividades normais.</p> <p>Sra. Elisabeth Lasala comenta que, no Porto de Itapoá, esqueceu de levar a carteira de vacinação e o recinto não liberou a entrada da mesma até comprovar a vacinação. Pergunta se a Anvisa está cobrando dos recintos, pois a mesma já entrou em recintos em que não se exigiu nem a primeira dose.</p> <p>Sr. Flávio Almeida diz que a legislação sanitária federal não abarcou os recintos, abarcou somente os terminais portuários. Parabeniza o Porto de Itapoá pelo controle. A legislação é direcionada para terminais portuários e embarcações, contudo houve um avanço no diálogo com os recintos alfandegados. Terlogs, Bunge e Porto Seco Rocha já estariam preocupados com essa questão e fazendo a parte deles.</p> <p>Sra. Elisabeth Lasala diz que acha que todos os recintos alfandegados, independente da localização, deveriam exigir comprovante de vacinação contra a Covid-19, pelo bom senso. Diz perceber diferença entre os recintos. Por exemplo, no Rocha, metade dos funcionários que estão lá dentro não são funcionários do Rocha, são terceirizados. Questiona como vão saber se a pessoa está vacinada ou não.</p> <p>Sr. Flávio Almeida agradece por estarem colocando isso em pauta, e diz que chamará</p>

	<p>o responsável do Rocha e tentará conversar com ele.</p> <p>Sr. Paulo Ham, do recinto Rocha, diz para sra. Elisabeth que gostaria de esclarecer sobre os terceirizados que aparentemente não são cobrados. Explicou que para um terceirizado entrar no terminal Rocha ele tem que ter o crachá e que para ter o crachá, tem que comprovar a vacina.</p> <p>Sra. Elisabeth Lasala responde que não é terceirizada e para ela não foi exigido a vacina para acessar o recinto Rocha.</p> <p>Sr. Flávio Almeida diz que a legislação sanitária não obriga o recinto alfandegado a vacinar, mas há um constante diálogo para seguirem as medidas. Todos seguiriam corretamente, mas eventualmente pode ocorrer de um visitante não ser cobrado nos recintos de zona secundária, pois nos terminais portuários é obrigatório.</p> <p>Sra. Elisabeth Lasala comenta que o recinto CLIF também não exigiu, mas foi no período entre março e abril.</p> <p>Sr. Flávio Almeida diz que foi bom colocar isso em pauta, para conversarem com os recintos sobre as medidas de prevenção.</p> <p>Sra. Elisabeth Lasala comenta que quando visitante ou funcionário se recusa a tomar a vacina, alegando que não é obrigado, se o recinto não tem uma diretriz, também não tem como se defender.</p> <p>Sr. Flávio diz que por mais que não tenha um princípio legal, as pessoas se baseiam na prevenção. Mas cabe fazerem um novo diálogo, para reforçar, comenta que sempre depois da inspeção fazem uma reunião para decidir o que será notificado.</p> <p>Sr. Paulo Ham comenta que, perante os comentários, parece que o Rocha não cumpre as medidas. Porém ele acionará tanto a gestão do recinto para recordar e reforçar todos os princípios. Comenta sobre as medidas de prevenção e limpeza no recinto, sendo disponibilizados máscaras e álcool gel.</p> <p>Sr. Flávio diz que mesmo que um visitante não seja vacinado mas entre no terminal usando máscara, o risco de contágio se torna bem baixo. Comenta que recebe dos terminais a listagem de pessoas vacinadas para ter ciência de que estão seguindo as normas, já nos recintos não tem essa exigência, por isso cabe o diálogo.</p> <p>Sr. Roberto Estrugala diz que é um assunto importante e merece atenção.</p> <p>Sr. Flávio encerra, passando a palavra para o Sr. Horst.</p>
<p>3. MAPA/VIGIAGRO</p>	<p>Sr. Horst cumprimenta a todos. Começa falando sobre a exportação de milho para China, com a implementação de um protocolo para as exigências chinesas. Tal protocolo prevê a habilitação dos exportadores e dos armazenadores de grãos, na CGC do Mapa. Então para exportar milho para a China tanto, o exportador quanto o armazenador tem que estar cadastrados no Ministério da Agricultura. Apenas os estabelecimentos registrados de exportação e armazenamento são elegíveis para receber o certificado fito sanitário. Comenta para que se atentem que o nome e o endereço do exportador terá que ser exatamente como consta no cadastro do Mapa, pois a China vai conferir se quem está exportando está na relação deles. Comenta que hoje a inspeção poderá ser feita sem a coleta e envio de amostra para o laboratório por que estão vendo quais as pragas vão ser correlacionadas para questão fito sanitária. Em caso de suspeita pode-se tirar a amostra para o laboratório e aguardar o resultado para depois emitir o certificado fito sanitário.</p> <p>Questiona-se ao Sr. Horts se, em uma exportação à China de granel em sacaria em contêiner, o cadastro também seria necessário.</p> <p>Sr. Horst responde que sim, tem que estar cadastrado nesse caso de granel em</p>

contêiner.

Pergunta-se ao Sr. Horst sobre devolução de madeira. Questiona-se se agora existiria a opção de destruição.

Sr. Horst responde que a destruição deve ser em lugar credenciado e habilitado. Comenta que no momento só dois locais, em SP e RS, estão credenciados e habilitados. Sugere que o Porto de Itapoá construa um forno e o habilite.

Sr. Juarez, do Porto de Itapoá, relata que, por ser pouca demanda atual não vislumbra a necessidade de construção de forno no recinto. Mas se, futuramente, a questão tornar-se crítica, poderiam avaliar criar um espaço com todos os critérios e todas as habilitações.

Sra. Célia Gatti diz que tem uma questão para o Mapa e para o Porto de Itapoá. Relata problema com o sistema de liberação de DTA junto ao Mapa para cargas no Porto de Itapoá. Comenta que lançam o CE mas o Mapa diz que não enxerga no sistema, sendo perdidos dias atrasando o transporte da carga. Comenta que lançam antes da chegada do navio clicando no link DTA, quando chega o contêiner, some a DTA, vai para o portal de novo na CE e não está como DTA. Depois de atualizado fica como DTA e a partir dali o Mapa consegue visualizar.

Sr. Juarez parabeniza o Sr. Horst pelo fato de o sistema ser o único que possibilitou ao Mapa fazer a sua análise de risco com uma carga a bordo. Diz que entende que deve ser um problema do sistema.

Sra. Célia Gatti diz que anexam a DTA e BL, tudo certo.

Sr. Juarez diz que quando acontecer isso tem que ter plena certeza que é falha do sistema, para que abra chamado de TI para resolver.

Sra. Célia Gatti comenta que já fez várias vezes, o retorno que eles dão é dizendo que resolverão, mas não solucionam o problema.

Sr. Horst responde que o problema é o sistema, comenta que já cansaram de ligar pro TI reclamando. Informa que o Sr. André chega antes das 07:30 e já entra no sistema, porque das 08:30 em diante o sistema não funciona direito. Toda manhã o Sr. André faz as liberações de DTA. Comenta que o sistema fica carregando durante horas, não conseguindo os acessos necessários, tendo várias divergências nesse sentido.

Sra. Célia Gatti comenta que ligam de Itajaí reclamando que já deram a entrada há 3 dias sem sucesso, sem conseguir visualizar o CE no sistema.

Sr. Horst diz que pode ser porque o sistema é pesado. Trabalham com o sistema da Multilog / Rocha / Tesc e funciona perfeitamente. Comenta que essa queixa é antiga.

Sra. Célia Gatti diz que as vistorias do Clif foram alteradas, sendo agora segunda-feira e sexta-feira, e no dia do jogo do Brasil que foi na sexta-feira saíram as 06:00h para fazerem a vistoria, pois foram informados via e-mail, porém o fiscal chegou somente as 14:00h, o que trouxe transtorno por conta da demora, foi enviado e-mail para o Mapa, pergunta se a questão dos horários mudaram?

Sr. Horst responde que não vai a Itapoá-SC, então teria que ligar para perguntar, comenta que o Sr. Valmir é o chefe da unidade lá, e teria que cobrar dele para que estabeleça o horário.

Pergunta-se ao Sr. Paulo se o orçamento da parte de embalagem do recinto Rocha é só quando a carga chega.

Sr. Paulo Ham responde que não. O acesso no gate gera um lote interno e já atualiza

	<p>na chegada.</p> <p>Pergunta-se ao Paulo se há possibilidade do lote disponibilizar, sabendo que tem a DTA/DTC 24 / 72 horas no sistema por que fica mais fácil para o Mapa analisar, e também eles ganham tempo. No Porto de Itapoá eles lançam produto de embalagem antes do navio chegar e quando é manifestado no sistema deles 24 ou 12 horas antes já chega com a presença e com o Mapa já liberado a embalagem, comenta que facilitaria para os despachantes eles terem o lançamento antes para maior agilidade de análise do mapa.</p> <p>Sr. Horst responde que eles analisam a carga pelo BL, tendo a documentação no sistema para o Mapa se o navio está chegando ou chegar, não é problema, ou libera ou põe para inspeção, desde que esteja a documentação no sistema. Comenta que existe o risco de esperar uma DTA e ela não vir, por que se a carga entrar no sistema e for pra outro lugar, causa confusão.</p> <p>Sr. Horst encerra e passa a palavra ao Sr. Roberto.</p>
<p>4. RECEITA FEDERAL DO BRASIL</p>	<p>Sr. Roberto Estrugala retorna alguns assuntos da reunião passada.</p> <p>O primeiro deles é da empresa Cargonave. A questão da exigência, pelo recinto SCPAR, de lista impressa de ingresso a bordo. Sr. Roberto informa que não é uma exigência da RFB. Sr. Vladimir, da SCPAR, informa que verificará a questão.</p> <p>Questão sobre assinatura de contratos entre recintos e Receita, para pagamento de valor de armazenagem para mercadorias leiloadas. Sr. Roberto informa que o tema está em análise pela RFB, aguardando definição.</p> <p>Necessidade da guarda física de documentos de operações aduaneiras. Sr. Roberto informa que, após consulta interna da Coana à Cosit, foi confirmado que o tema já foi tratado pelo ADI RFB nº 4/2019, pela Solução de Consulta nº 171/2020 e pelo art. 5º da IN RFB nº 2022/2021. O entendimento é que devem ser seguidos esses atos normativos, estando confirmada a possibilidade de, atendidas as condições previstas na legislação, arquivar os documentos de forma digital.</p> <p>Sra. Elisabeth Lasala comemora a informação, dizendo que a manutenção de espaços para arquivos físicos custa caro para despachantes, importadores e exportadores.</p> <p>Sr. Roberto ressalta como foi importante manter esse assunto no campo GT COLFAC. Parabeniza a Sra. Elisabeth pela persistência e condução da questão.</p> <p>Sr. Nilson, da empresa Oceânica, questiona sobre a casos de pendência de AFRMM não baixados automaticamente mesmo após pagamento dos valores devidos.</p> <p>Sr. Roberto Estrugala responde que a exclusão de pendência de AFRMM ainda precisa ser solicitada via processo. Informa que conversou com o pessoal da EAD1 e que encaminharia a questão da baixa automática após pagamento para análise da DIANA/RF09.</p> <p>Sr. Juarez, do Porto de Itapoá, comenta sobre as verificações físicas. Diz que o Porto de Itapoá já apresentou um sistema próprio ao Sr. Roberto Wanick, chefe da EAD1. Tal sistema possibilita a realização de verificações físicas de forma remota, conforme previsto em norma.</p> <p>Sr. Roberto Estrugala parabeniza o Porto de Itapoá e comenta que todos os recintos terão que se adequar e cumprir a nova legislação, que determina que cada recinto apresente soluções para a viabilizar a realização de verificações físicas de forma remota. Comunica a merecida aposentadoria do servidor Sr. Augusto, reduzindo a força de trabalho da EAD1 e tornando ainda mais necessária a implementação das verificações físicas remotas.</p>

Sra. Elisabeth Lasala pergunta sobre o servidor Alexandre Freitas.

Sr. Roberto Estrugala responde que o Sr. Alexandre solicitou remoção para a Delegacia da RFB em Joinville, e, por merecimento e reconhecimento, tal solicitação foi aceita. Seu substituto será o Sr. Douglas, vindo da Delegacia da RFB em Curitiba.

Sra. Elisabeth pergunta quando será a próxima reunião Colfac.

Após deliberação dos presentes, fica definido que a próxima reunião será no dia 15/02/2023.

Sr. Roberto apresenta dados das quantidades de despachos:

QUANTIDADE 2022 DUE AVERBADA						
MÊS	LARANJA	LARANJA ANUENTE	LARANJA RFB	VERMELHO	VERDE	TOTAL
OUT	2.260	2.252	8	43	4.106	6.409
NOV	2.080	2.070	10	30	3.331	5.441

QUANTIDADE 2022 DI DESEMBARAÇADA					
MÊS	AMARELO	CINZA	VERMELHO	VERDE	TOTAL
OUT	32	8	75	5.931	6.046
NOV	22	6	84	6.183	6.295

5. GT COLFAC

Assuntos pendentes de definição, aguardando definição na RFB:

1) Celebração de contratos entre RFB e recintos aduaneiros para cobrança de custos de armazenagem.

6. ENCERRAMENTO

Sr. Flávio agradece em nome da Anvisa e deseja um Feliz Natal a todos.

Sr. Horst deseja a todos um Feliz Natal e um Feliz Ano Novo.

Sr. Juarez agradece deseja boas festas a todos.

Sr. Roberto Estrugala deseja um Feliz Natal, um Feliz Ano Novo, agradece e encerra a reunião.

Eu, Andrine Kasprike de Paula, lavrei a presente ata.

Roberto Hammerschmidt Estrugala - Receita Federal do Brasil

Horst Terhaag - MAPA/VIGIAGRO

Flávio Almeida - ANVISA